



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 14 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.<sup>a</sup> da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores

## **Chefe de Estado baixa orientações precisas para travar Cólera no país**

O Presidente da República, João Lourenço, manteve, ao princípio da tarde de segunda-feira, no Palácio da Cidade Alta, uma reunião com os integrantes da Comissão Interministerial de Combate à Cólera, coordenada pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, para transmitir orientações precisas a fim de conter a doença no país.

As orientações visam travar, o quanto antes, o risco de expansão da doença para outras regiões, mobilizando-se, deste modo, os recursos apropriados e na dimensão que a situação exigir, sejam eles de que natureza forem (financeiros, humanos, em equipamentos, etc).

A reunião, orientada pelo Presidente da República, teve como finalidade fazer o ponto da situação no terreno, avaliar o modus operandi na contenção do surto (que tem casos registados nas províncias de Luanda, Bengo e Icolo e Bengo) e encontrar formas rápidas de actuação, ultrapassando eventuais constrangimentos.

### **Ministra quer maior colaboração da população**

A ministra da Saúde considerou, ontem, no município de Cacuaco, imprescindível a colaboração da população para o combate à cólera, que já vitimou 19 pessoas dos mais de 220

casos diagnosticados em Luanda, Bengo e Icolo e Bengo. Durante uma jornada de trabalho da Comissão Multisectorial de Contingência e Combate à Cólera, nos bairros Paraíso e Belo Monte, considerados os epicentros da doença, Sílvia Lutucuta solicitou a responsabilidade social e colectiva para a observância das medidas preventivas.

“Estamos aqui hoje para trabalhar numa abordagem mais comunitária, para elucidar a população sobre a doença e as formas de transmissão e prevenção”, disse. A governante destacou a necessidade de melhorar o saneamento e distribuição de água, sobretudo nos bairros mais afectados, para a observância eficiente das medidas de higiene.

A equipa multisectorial, encabeçada pela ministra da Saúde, percorreu várias artérias do município de Cacuaco a pé, interagindo com a população. No final do trabalho de campo, Sílvia Lutucuta orientou a necessidade de se instalar, nos dois bairros, pontos de reidratação oral, para assistência aos pacientes tão logo surjam os primeiros sintomas da doença.

Estes serviços de reidratação oral, garantiu, vão contar com a presença de equipas do Instituto Nacional de Emergências Médicas (INEMA), que recebeu, ontem, quatro novas ambulâncias, para garantir a transferência imediata dos casos mais complexos ao centro de tratamento.

A responsável garantiu a conclusão da instalação de tendas nos Bairros Paraíso e Belo Monte, para acudir os casos da doença. “Vamos tratar precocemente a patologia, tão logo sejam identificados vômitos, diarreia aquosa com a coloração de água de arroz”, observou.

Para a reidratação das pessoas afectadas a nível das residências, Sílvia Lutucuta orientou os munícipes à ingestão de bastante água e na água fervida para beber devem

absorver em cada litro duas colheres de sopa de açúcar e uma colher de chá de sal.

### **Desafios**

A chegada tardia dos pacientes com sinais evidentes de cólera nos centros de tratamento, preparados nos hospitais municipal de Cacuaco e “Heróis de Kifangondo” consta das preocupações da governante. Por este motivo, Sílvia Lutucuta disse que estão a ser desenvolvidas estratégias de base comunitária para inverter o quadro actual.

No momento em que decorria a jornada de campo da equipa multisectorial, uma empresa procedeu à entrega de uma tenda com capacidade para 100 camas para o internamento dos pacientes no bairro Paraíso, no quadro da sua responsabilidade social.

“As equipas médicas e outro pessoal mobilizado vão realizar os trabalhos de forma ininterrupta, para evitar que as populações percorram longas distâncias à procura de tratamento nas unidades de saúde, nos casos graves e moderados, de formas a evitar mais mortes pela doença”, garantiu a ministra.

“Vale referir que dos 220 casos registados, até domingo passado, mais de 100 foram assinalados no bairro Paraíso, que possui, também, o maior número de óbitos”, disse.

### **Jurelma de Castro e Sérgio Conceição**

Os novos administradores foram orientados pelo vice-governador de Luanda para o sector Político e Social a ajudar as comunidades à observância das medidas de higiene e prevenção à Cólera.

Manuel Gonçalves fez o apelo no quadro da tomada de medidas essenciais e urgentes para a disseminação de informações sobre os métodos de prevenção e os sintomas da doença bacteriana infecciosa aguda, transmitida por contaminação fecal-oral directa ou pela ingestão de alimentos

contaminados. O vice-governador de Luanda reforçou a importância de uma gestão mais próxima da comunidade. “É preciso que os recém-nomeados não criem barreiras e protocolos aos munícipes, pois estes merecem ver os problemas resolvidos”, declarou, apelando a um diálogo mais directo entre a administração e a população local.

Lourenço Domingos, recém-empossado como administrador do Rangel, prometeu trabalhar, incansavelmente, pelo bem-estar dos munícipes. A ideia, avançou, é ter uma equipa disponível 24 horas por dia para atender às necessidades da população do Rangel, sobretudo no que diz respeito às medidas de contenção da disseminação da Cólera. (J.A.)++++

### **Executivo prepara Estratégia para a erradicação da fome**

**A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, segunda-feira, na sua primeira reunião ordinária do ano, um Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2024-2034 (ENSAN II) e o respectivo Plano de Acção.**

O documento, de acordo com o comunicado saído da reunião, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, contém orientações estratégicas fundamentais que visam promover um sistema alimentar e nutricional sustentáveis, que assegurem a erradicação da fome e o acesso universal a uma alimentação adequada para todos os angolanos, garantindo, assim, a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento da resiliência alimentar do país.

No âmbito do Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN II), tal como refere o comunicado, o Executivo pretende promover uma melhor articulação entre a sociedade civil, o empresariado nacional e as instituições governamentais, na conjugação de esforços em relação à identificação dos problemas e a eventual proposta de soluções

orientadoras, com vista à adopção de medidas nos planos jurídico e institucional, político, económico e social. A ideia é permitir que a Segurança Alimentar e Nutricional, no país, venha a atingir, a breve trecho, níveis satisfatórios mais consentâneos com as capacidades e disponibilidades existentes a nível local, regional e à escala nacional.

Com vista a se dar resposta às recomendações da União Africana (UA), no âmbito da mudança progressiva dos sistemas agrícolas para sistemas agroalimentares, o órgão especializado do Conselho de Ministros recomendou ao Ministério da Agricultura e Florestas a promover a elaboração da Estratégia Nacional para a Construção de Sistemas Agroalimentares.

Com base nessas recomendações, este departamento ministerial deverá mobilizar a larga maioria dos actores, considerando as culturas, a transformação, a conservação, as perdas pós-colheita, a qualidade dos alimentos e a sustentabilidade.

No sector das Pescas e dos Recursos Marinhos, a Comissão Económica apreciou o Decreto Presidencial que aprova as medidas de gestão das pescarias marinhas, da pesca continental, da aquicultura e do sal para o ano de 2025. Este documento visa assegurar o equilíbrio entre a exploração e a conservação dos recursos biológicos aquáticos, promover a aquicultura sustentável e aumentar a produção do sal e a sua qualidade.

Apreciou, igualmente, o Decreto Presidencial que aprova as medidas da gestão da frota pesqueira, cujo objetivo passa por adaptar a capacidade das embarcações licenciadas aos desafios biológicos, económicos e sociais que afectam, actualmente, o sector pesqueiro do país.

O diploma tem por finalidade estabelecer um equilíbrio entre a capacidade de pesca e a sustentabilidade dos recursos

haliêuticos, prevenindo, deste modo, a sobrecapacidade, assim como promover uma exploração responsável e sustentável da pesca.

Outro documento apreciado pela Comissão Económica foi o Decreto Presidencial que aprova as medidas imediatas para a operacionalização e dinamização da aquicultura no período 2025-2027, que visa permitir um novo impulso ao sector das Pescas, através do aumento significativo da produção nacional de pescado.

### **Apreciado Plano Anual de Desenvolvimento Nacional**

A Comissão Económica apreciou, ainda, na reunião de ontem, o Decreto Presidencial que aprova o Plano Anual de Desenvolvimento Nacional (PADN) 2025.

O objectivo fundamental do PADN é assegurar o alinhamento dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP) e as Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD), inscritas no Orçamento Geral de Estado (OGE), com as prioridades que constam dos 50 programas de acção no PDN 2023-2027, tendo em conta os objectivos e metas estabelecidas para o ano de 2025.

No domínio da gestão das finanças públicas, a Comissão Económica apreciou o Decreto Presidencial que aprova o Plano Anual de Endividamento referente ao ano 2025. Ainda no domínio da gestão das finanças públicas, o órgão especializado do Conselho de Ministros apreciou o Decreto Presidencial que aprova as Regras para a execução do OGE para o Exercício Económico de 2025.

A Comissão Económica apreciou, também, a Programação Financeira do Tesouro para o ano 2025 e a Programação Financeira do Tesouro referente ao primeiro trimestre do ano em curso.

## **Executivo prepara introdução da facturação electrónica**

Angola prepara-se para introduzir a facturação electrónica para empresas e um regime de factura premiada para os contribuintes singulares, de acordo com o presidente do Conselho da Administração Geral Tributária (AGT), José Leiria.

A facturação electrónica exigirá que as empresas comuniquem de forma atempada à AGT. O processo será implementado gradualmente, começando pelos grandes contribuintes.

Quanto ao regime de factura premiada, a proposta prevê premiações regulares para contribuintes singulares que pedirem facturas nas suas aquisições, como forma de incentivar este hábito e combater a evasão fiscal. “O objectivo é aumentar a literacia sobre a importância de solicitar facturas e garantir que as empresas sejam fiscalizadas pelos consumidores finais”, disse.

Os sorteios das facturas serão realizados de forma regular, em parceria com o Instituto Nacional de Jogos. De acordo com o PCA da AGT, os detalhes sobre os prémios e a periodicidade das premiações serão definidos pela ministra das Finanças em Decreto Executivo, que vai estabelecer as normas da premiação.

“O que podemos já avançar é que, ao nosso nível, estamos tecnicamente a trabalhar para que as premiações sejam as mais aliciantes possíveis, permitindo assim que mais contribuintes e consumidores peçam as suas facturas quando forem às compras”. (J.A.)++++

## **Teodoro Obiang cumpre visita oficial a Angola**

O Presidente da República da Guiné-Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, chegou terça-feira a Luanda para uma visita oficial de 48 horas, a convite do

**homólogo angolano João Lourenço.** O Chefe de Estado equato-guineense foi recebido no Complexo Presidencial do Aeroporto Internacional “4 de Fevereiro” pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António.

De acordo com um comunicado, o Comité de Recepção integrou o vice-governador da província de Luanda para o Sector Económico, Jorge Augusto, o embaixador de Angola na Guiné-Equatorial, José Luís de Matos Agostinho, e o homólogo Protasio Edu Edjang Nnaga, dentre outros altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Corpo Diplomático da Guiné-Equatorial acreditado no país.

As relações bilaterais entre Angola e a Guiné-Equatorial são marcadas por laços históricos, culturais e económicos, além de interesses comuns no contexto africano e internacional.

Os dois países compartilham uma visão de fortalecimento da integração regional e da cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como de outras organizações como a União Africana (UA).

*(J.A.)++++*

## **Salário reajustado é pago em Março com retroactivos de Janeiro e Fevereiro**

O ajustamento salarial na Função Pública, em 25 por cento, vai acontecer no final de Março deste ano com retroactivos dos meses de Janeiro e Fevereiro, assegurou, segunda-feira, em Luanda, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe.

Ao falar aos jornalistas sobre o assunto, na Sala de Imprensa do Palácio Presidencial, no final da primeira reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, Pedro Filipe ressaltou que este passo constitui um sinal claro do

comprometimento do Executivo em relação à materialização desta medida. “Está devidamente assegurado o pagamento dos retroactivos e não devemos prejudicar os funcionários e agentes administrativos por força da necessidade de observarmos este procedimento”, garantiu o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social.

No quadro deste assunto, a Comissão Económica apreciou, para envio à Assembleia Nacional, uma proposta de Lei de Autorização Legislativa que concede ao Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, autorização para legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública.

Na sequência, aquele órgão especializado do Conselho de Ministros, cuja missão, entre outras, passa por apreciar e acompanhar as medidas de políticas e gestão macroeconómica do país, apreciou, ainda, um projecto de Decreto Legislativo Presidencial sobre a matéria em causa.

O documento tem como finalidade aperfeiçoar a organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios a atribuir aos funcionários públicos e agentes administrativos, garantindo-se, deste modo, o respeito pelo princípio da hierarquia salarial e da valorização selectiva da amplitude salarial.

A iniciativa visa, também, à correcção da disparidade salarial existente entre os funcionários e agentes administrativos enquadrados na carreira técnica e nas demais carreiras do regime geral da Função Pública.

Em relação à proposta de Lei de Autorização Legislativa, que concede ao Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, autorização para legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da

estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da Função Pública, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social fez saber que este é o passo que vai permitir aprovar as tabelas que deverão reflectir o ajustamento salarial em 25 por cento.

“Vamos esperar que o Parlamento, no âmbito do seu poder de soberania, possa avaliar a pertinência da solicitação que foi dirigida e, nos próximos tempos, em função daquilo que for a deliberação dos deputados, possamos, então, dar os passos subsequentes, porque entendemos a grande expectativa que esse tema do ajustamento salarial tem estado a levantar a nível da sociedade, dos funcionários públicos e não só”, aclarou.

Para além da aprovação do Orçamento publicado no último dia 30 do mês passado, em que está reflectida a questão da actualização dos salários, Pedro Filipe disse haver um valor adicional de mais de 800 mil milhões de kwanzas para acautelar este ajustamento salarial.

O secretário de Estado apelou aos funcionários públicos e aos parceiros sociais, em especial às centrais sindicais, a quem disse já terem informado, no último dia sete deste mês, sobre esses passos que precisam de ser dados, a manterem a calma.

“Nós temos uma relação com as centrais sindicais que nós podemos considerar como muito sólida e saudável. Aliás, temos estado a fazer encontros periódicos para avaliar o nível de cumprimento do acordo trienal que nós assinamos em Maio, que tem a duração de três anos”, declarou o governante. (J.A.)++++

## **Adão de Almeida assiste à investidura de Chapo**

**O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, vai representar o**

**Chefe de Estado, João Lourenço, no acto de investidura do Presidente eleito da República de Moçambique, Daniel Chapo, agendado para amanhã, em Maputo.**

A tomada de posse de Daniel Chapo acontece após o Conselho Constitucional de Moçambique confirmar a vitória da Frelimo nas eleições gerais de 9 de Outubro de 2024. O Presidente eleito e candidato da Frelimo obteve 65,17 por cento dos votos; Venâncio Mondlane conseguiu 24,19%; Ossufo Momade 6,62% e Lutero Simango 4,02%, num universo de 7.238.027 votantes. (J.A.)++++

### **Angola e Hungria analisam incremento da cooperação**

O incremento das relações de cooperação entre Angola e a Hungria esteve, ontem, no centro do encontro do director de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores (Mirex), Carlos Sardinha Dias, com o embaixador húngaro no país, András Fazekas.

O encontro, na sede do Mirex, serviu, também, para os diplomatas analisarem aspectos de interesse bilateral, que visam o impulsionamento das relações de cooperação entre os dois países.

As partes avaliaram, ainda, a cooperação, com ênfase na assinatura de alguns instrumentos jurídicos, nomeadamente no sector da Defesa, Serviços Aéreos, Tecnologia Digital, Empresarial e Ambiental.

As duas individualidades manifestaram, na ocasião, a intenção de se organizar, em Julho deste ano, um Fórum de Negócios Angola - Hungria, com o objectivo de impulsionar a atracção e captação de investimentos da comunidade empresarial húngara no território angolano e outros benefícios, que sejam mutuamente vantajosos.

A Hungria é um país centro-europeu de médio porte e sem litoral, tem como principais sectores a Agricultura,

Indústria e Serviços, que são responsáveis pelo impulsionamento da economia. Angola e Hungria estabeleceram relações diplomáticas em 1976 e rubricaram o primeiro acordo de cooperação em Abril de 1977.

Em 2017 foi assinado em Budapeste, capital da Hungria, um acordo de Cooperação Económica, Técnica e Científica, na perspectiva da criação de um quadro conducente a uma colaboração mais abrangente e diversificada entre os países.

As relações bilaterais entre os dois países e as respectivas comunidades são consideradas profícuas, dinâmicas e saudáveis e se pretendem cada vez mais estreitas e com laços de irmandade e amizade. (J.A.)++++

## **Téte António e embaixador da Itália analisam projectos económicos**

**A importância estratégica que Angola representa para a Itália no âmbito dos projectos de desenvolvimento económico, com foco para o Corredor do Lobito, foi analisada, esta segunda-feira, em Luanda.**

Em nota de imprensa enviada ao JA Online, o MIREX explica que o tema foi abordado durante um encontro entre o chefe da diplomacia angolana, Téte António, e o embaixador de Angola na Itália, Marco Ricci, no quadro reforço da cooperação entre os dois países.

Segundo o diplomata italiano, citado no mesmo documento, o Governo da Itália considera Angola prioridade e reconhece o país como um parceiro fundamental nas áreas de desenvolvimento social como Agricultura, Indústria transformadora e Infra-estruturas ferroviárias.

Na ocasião, Marco Ricci transmitiu, também, felicitações ao Executivo, em particular ao Presidente João Lourenço, pela liderança da presidência da União Africana a partir de Fevereiro deste ano. Por sua vez, o ministro Téte

António aproveitou a ocasião para abordar com o embaixador daquele país europeu temas relacionados com a segurança no continente africano, com destaque para o conflito que persiste entre o Rwanda e a República Democrática do Congo (RDC). (J.A.)++++

## **Angola apresenta grandes avanços na adopção de energias renováveis**

**O secretário de Estado para a Energia, Arlindo Carlos, apresentou os avanços e estratégia de Angola na adopção de energias renováveis e combate aos efeitos das alterações climáticas.**

Arlindo Carlos encabeçou a delegação angolana na 15<sup>a</sup> Assembleia da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), realizada, na segunda-feira e ontem, em Abu Dhabi. Angola participou na qualidade de membro permanente da organização multilateral e passou uma mensagem virada às acções em curso para uma transição energética eficaz.

O secretário de Estado para a Energia sublinhou a necessidade de uma transição energética justa e equilibrada, assegurando que o país aborda a questão também como uma via para o crescimento económico, que concorre para a formação de valências técnicas e, por via desta, a redução da pobreza.

O financiamento aos países também foi objecto de abordagem do secretário de Estado, enfatizando a matriz heterogénea que configura o conjunto dos países membros da IRENA.

O encontro decorreu sob o lema “Acelerando a Transição para Energias Renováveis O Caminho a Seguir”, marcando, assim, a primeira reunião internacional de energia do ano, que contou com a participação de mais de 1.400

delegados de 170 países, entre especialistas em energia e líderes do sector. As entidades discutiram, também, a contribuição e a importância das energias renováveis nas matrizes energéticas dos países membros e de forma global.

As discussões foram em torno de como triplicar a capacidade de energia renovável até 2030, apoio às transições em economias emergentes e como alavancar fluxos financeiros inovadores em países necessitados. A IRENA, com apoio dos Emirados Árabes Unidos, tem um plano definido para capitalizar 25 Estados-membros.

À margem da 15<sup>a</sup> Assembleia da IRENA, realiza-se a Semana da Sustentabilidade de Abu Dhabi (ADSW), a decorrer de 12 a 18 do corrente mês com a participação de Chefes de Estado, ministros, delegados de alto nível e especialistas, para acelerar os esforços de sustentabilidade no mundo.

**A delegação angolana vai também participar neste certame internacional.**

Angola assumiu, nos últimos 12 meses, a vice-presidência da IRENA, em representação do grupo dos países africanos, passando agora o mandato para a Namíbia. A presidência é assumida pela Eslovénia.

Durante o mandato, Angola partilhou a experiência de transição energética, tendo a 14<sup>a</sup> Assembleia, realizada de 16 a 18 de Abril de 2024, recomendado aos demais Estados-membros a adopção da experiência do país em matérias de transição energética.

A delegação integrou o embaixador de Angola nos Emirados Árabes Unidos, Júlio Maiato, na qualidade de representante permanente junto da organização, técnicos do Ministério de Energia e Águas (MINEA) e funcionários da Embaixada. (J.A.)++++

## População do Cunene reflecte sobre os 50 anos

A população da província do Cunene é chamada a reflectir, de forma profunda, sobre as conquistas alcançadas pelo país ao longo dos 50 anos da Independência Nacional, a assinalar-se a 11 de Novembro deste ano.

De acordo com a Angop, o apelo foi feito pela governadora da província, Gerdina Didalelwa, durante uma reunião sobre a organização e saneamento da cidade de Ondjiva, em que realçou a importância de todos os cidadãos fazerem uma reflexão em torno dos ganhos materializados na província, para a satisfação dos cidadãos, em meio século de governação.

Apesar dos 27 anos de conflitos e 23 de paz efectiva, referiu a governadora do Cunene, muitas realizações aconteceram, sublinhando a necessidade imperiosa do engajamento de todos os cidadãos na busca de soluções, visando à melhoria das condições sociais da população.

Gerdina Didalelwa disse, ainda, ser preciso aproveitar este período de paz para juntos caminharmos na organização e materialização de acções não concretizadas, e perspectivar os futuros programas para a satisfação dos anseios das novas gerações.

A governadora explicou, ainda, que, daqui a mais 50 anos, por altura da celebração do centenário da Independência, haverá uma nova geração, oportuna à criação das condições para se oferecer mais dignidade aos angolanos.

“O encontro visou alinhar medidas de organização da nossa cidade, do ponto de vista da urbanização dos bairros e do saneamento básico, para se ter uma cidade de Ondjiva, capital do Cunene, mais limpa”, esclareceu Gerdina Didalelwa.

(J.A.)++++

## **Autonomia financeira dos tribunais e da PGR é debatida no Parlamento**

**Os deputados à Assembleia Nacional voltaram a debater, ontem, em Luanda, nas comissões de especialidade, sem conclusão, a Proposta de Lei que altera a Lei sobre Atualização dos Custos Judiciais e Alçadas dos Tribunais.**

O diploma, que volta a ser discutido em data a anunciar, prevê definir o processo de “solidificação da Autonomia Administrativa e Financeira dos Tribunais de Jurisdição Comum e da Procuradoria-Geral da República (PGR), para além da Reforma da sua Gestão Financeira”.

A discussão e aprovação do documento é sustentada pela necessidade de conferir gestão própria aos recursos dos tribunais e da PGR, de modo a garantir uma administração eficaz e eficiente dos meios materiais e humanos disponíveis.

O diploma visa, ainda, responder aos desafios do sector Judicial, iniciado no quinquénio 2017 – 2022, e sequenciado no quinquénio 2023 – 2027, que prevê acções no domínio da reforma administrativa e financeira, com destaque para a materialização dos projectos estruturais, reestruturação da gestão financeira e a reorganização dos sistemas de administração e formação dos recursos humanos.

A proposta está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023 – 2027, no que respeita aos compromissos políticos com a Reforma do Estado e da Administração Pública, boa governação e combate à corrupção e à impunidade.

O diploma prevê proceder, primeiro, à institucionalização do “Cofre” em análise, à forma e à extensão das receitas a arrecadar, os mecanismos de afectação, não só a orgânica dos respectivos serviços, assim como constituir um instrumento fundamental para o processo de institucionalização e regulação do Cofre Geral dos Tribunais.

## **Aprovação da proposta**

De acordo com o documento, a ideia subjacente à criação do Cofre Geral dos Tribunais está associada ao processo de consolidação do Estado Democrático de Direito, e à necessidade do asseguramento, por si, da melhoria das condições de trabalho.

Um dos pilares para a materialização dos referidos vetores é a reforma da gestão financeira do sistema judiciário, a ser concretizada por via da arrecadação e gestão própria dos recursos, da formação dos meios humanos e do nível de organização e funcionamento dos órgãos e serviços.

Para tal, refere o documento, é imperioso que se criem instituições intrínsecas ao Poder Judicial, capazes de arrecadar e gerir as próprias receitas, mas hábeis em garantir a racionalidade, equidade e transparência na distribuição dos recursos financeiros obtidos, através de receitas próprias, pelos diversos organismos do referido Poder, nos termos estabelecidos por lei.

“É nesta perspectiva que se propõe a criação e implementação do Cofre Geral dos Tribunais, cujo objectivo é dotar os Tribunais e a Procuradoria-Geral da República de condições necessárias, eficientes e capazes, mediante o recurso a receitas financeiras próprias e suplementares, que garantam e impactem positivamente no normal e eficaz funcionamento das supracitadas instituições”, lê-se no documento.

Outro propósito citado pelo documento em defesa da aprovação da alteração da Lei, tem que ver com a reforma do Estado, a boa governação e o combate eficiente à corrupção e à impunidade, enquanto prioridades do Executivo constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional da presente legislatura.

## Programa de governação

A presente Proposta de Lei insere-se, substancialmente, na materialização do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023 – 2027, no seu “EIXO 1”, com tema consolidar a paz e o Estado Democrático de Direito, prosseguir a reforma do Estado, da justiça, da administração pública, da comunicação social e da liberdade de expressão e da sociedade civil, “PROGRAMA 5”, Reforço do Combate ao Crime Económico, Financeiro e à Corrupção.

Constam do programa 2023-2027 a implementação do plano estratégico de combate à corrupção, a concretizar-se por via da definição do plano de acção de combate à corrupção, dotando-os de meios operacionais adequados e o reforço do quadro institucional das magistraturas, a se materializar na aprovação do quadro institucional dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judiciais e do Ministério Público, dos oficiais de justiça e dos órgãos da administração pública que actuam no âmbito da fiscalização e prevenção da corrupção nos serviços públicos.

A melhoria da informação estatística dos processos judiciais, lê-se no documento, a realizar-se por via da definição de monitorização e avaliação do sistema de justiça, permite identificar os indicadores-chave, fontes de verificação dos mesmos e procedimentos de recolha de dados.

De igual modo, sustenta o diploma, a implementação de uma plataforma tecnológica de recolha e tratamento dos dados que permita a visualização dos indicadores-chave de desempenho do sistema de justiça, da definição e implementação de um plano de comunicação dos indicadores-chave de acompanhamento do desempenho do sistema de justiça aos outros itens a constar no programa. (J.A.)++++

## **Sobas e entidades religiosas vão aconselhar o governador**

**O modelo de gestão da província de Icolo e Bengo prevê a inclusão da figura das autoridades tradicionais e entidades religiosas como conselheiros do Governo local e fiscais dos projectos nos municípios, afirmou, em Catete, o governador provincial, Auzílio Jacob.**

O responsável falava na reunião do I Conselho Provincial de Auscultação da Comunidade, em que participaram líderes das mais diversas associações profissionais e representantes dos conselhos de moradores dos municípios de Icolo e Bengo.

De acordo com o governador provincial, “as autoridades tradicionais e entidades religiosas serão órgãos de consulta”, esclarecendo que “vão discutir os projectos com os assessores para os assuntos institucionais e administrativos, económicos e sociais”.

Além disso, reforçou Auzílio Jacob, “vão integrar um grupo de trabalho com outros conselheiros, para fiscalizar a execução dos projectos nos municípios”, sendo que, através dessas figuras, o Governo e os administradores terão acesso aos principais anseios dos cidadãos, que poderão ser representados pelos mesmos em várias ocasiões.

“Os sobas e padres terão contacto permanente com o governador para o ajudar no processo de concepção e idealização dos projectos e tomada de decisões. Deverão também fiscalizar os administradores municipais de modos que seja encontrada a melhor solução para os programas concebidos no Programa de Desenvolvimento Nacional do Governo Central”, disse, para justificar a inclusão de sobas e padres, por serem figuras em constante contacto com as comunidades.

*(J.A.)++++*

## **José Martins nomeia gestores para os 11 municípios do Cubango**

O governador do Cubango, José Martins, nomeou, terça-feira, os novos administradores municipais e directores provinciais, para melhor organização e funcionamento da província, criada no quadro da Nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

José Martins nomeou Roberto Biwango para administrador de Menongue, Severino Sawanda Tchimbolo para o Cuchi, José Ernesto da Silva para o Longa, Manuel Mora Jamba para o Caiundo, Luís Paulo Vissunjo para o Cutato e Manuel Tuta Mateus Miguel para administrador de Tchinguanja.

Foram, ainda, nomeados Augusto Domingos Manuel para administrador municipal de Nancova, Adélia Muambeno Samuel para o Calai, Laura Caveto para Mavengue, Ana Paula Baptista para Savate e Benjamim Dumba João para ocupar o cargo no Cuangar.

### **Novos directores**

Elias Paganini Hossi da Silva foi nomeado para exercer o cargo de director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Governo Provincial, Andércia Policarpo Almeida de Sousa para directora do Gabinete Jurídico e Intercâmbio, Ana Fernanda dos Anjos Mucamba Tchiulo para directora do Gabinete de Recursos Humanos, Inácio José Samba para director do Gabinete Provincial da Educação, e João Chihinga Solochi para director do Gabinete Provincial da Saúde.

O novo director do Gabinete Provincial dos Registos e Modernização Administrativa é Nelson Mabaia Edivaldo Armando, enquanto Aida Rosalina Pedro Manuel assume o Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Edmundo Hilário Félix Sapalalo é director do Gabinete

Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos e José Luís Jonatão Navalha vai exercer o cargo de director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas.

Afonso Dala é o novo director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Cecília Bimba Incha assume a direcção do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Virgínia Ruth Ester Manjolo Romão vai exercer o cargo de directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género, ao passo que José Eduardo Ezaquias é o novo director do Gabinete Provincial da Cultura e Turismo.

Miguel Tchissingui Américo foi nomeado director do Gabinete Provincial da Juventude e Desportos, João Yambo Miguel assessor do governador provincial para a Área Política, Daniel Cassela Nhama Tchikuve para assessor do governador Provincial para a Área Social, João Agostinho de Jesus Paquete assessor do governador provincial para a Área Económica e Produtiva e Silvino Mabaia Cassela para assessor do governador provincial para a Área de Cooperação e Intercâmbio. (J.A.)++++

## **Governo provincial pede mais diálogo com associações e munícipes em Cacuaco**

A vasta experiência do novo administrador municipal de Cacuaco, Fernando João, foi, ontem, considerada pelo vice-governador de Luanda para o Sector Económico, Jorge Miguêns Augusto, fundamental para o cumprimento dos enormes desafios da municipalidade.

Em declarações proferidas, ontem, durante o acto da apresentação e recepção de pastas do sucessor de Auzílio Jacob, em representação do governador provincial de Luanda, Luís Nunes, na presença do director nacional da Administração Local do Estado, Cassongo João da Cruz, o vice-

governador sublinhou a importância de o novo administrador corresponder às expectativas. “Tem aqui uma equipa forte e uma comunidade enorme. Mas estamos firmes e certos que vamos, juntos, desbravar todos os caminhos que temos, aqui, na província de Luanda.

Dizer ao novo administrador que tem um desafio que não é fácil, mas também que não é difícil, e que use a sua vasta experiência”, assegurou o dirigente.

O município de Cacuaco, acrescentou o vice-governador, é um local estratégico e importante para a província de Luanda, razão pela qual reconheceu que o novo administrador municipal, Fernando João, tem competências e experiência necessária para a manutenção dos programas sócio-económicos da localidade.

“Seguramente, vem reforçar os desafios que tem o município de Cacuaco”, destacou, acrescentando que o objectivo é servir a população. Jorge Miguêns Augusto apelou, também, ao novo administrador municipal à partilha de ideias com os responsáveis do Governo Provincial de Luanda (GPL) e, também, com o seu antecessor, Auzílio Jacob, actualmente governador de Icolo e Bengo, para se ultrapassar os desafios com a busca de soluções para os problemas.

Antes da passagem de pastas, Fernando João, acompanhado de Jorge Miguêns Augusto e do administrador municipal cessante, Auzílio Jacob, percorreram algumas divisões da sede da Administração Municipal de Cacuaco, com o intuito de conhecer os funcionários e as áreas de trabalho.

Fernando João, antes da nomeação para administrador municipal de Cacuaco, exerceu o cargo de secretário de Estado para a Juventude, tendo sido empossado no mês de Setembro de 2019, pelo Presidente da República, João Lourenço.

## **Novo administrador**

Fernando João disse que vai privilegiar a continuidade dos programas sócio-económicos gizados pelo elenco cesante da Administração Municipal de Cacuaco. “Vamos dar sequência aos programas para manter as conquistas que foram alcançadas ao longo deste tempo”, revelou o novo administrador municipal de Cacuaco, após o acto de passagem de pastas.

Durante a cerimónia, Fernando João referiu, ainda, que vai percorrer o município, com o objectivo de avaliar os programas desenvolvidos na localidade, tendo assegurado que espera contar com o apoio dos colaboradores da administração municipal e comunais, com o objectivo de satisfazer os anseios da população.

“Queremos contar com a colaboração de todos os quadros para, juntamente, levarmos a bom porto o município de Cacuaco”, disse. O responsável garantiu, também, manter o diálogo permanente com a comunidade, para a identificação dos problemas dos munícipes, com a finalidade de se encontrar as soluções.

“Queremos continuar a dialogar com a sociedade civil do município, organizações juvenis, estudantis e activistas sociais, para continuarmos a recolher opiniões e sugestões sobre o melhor destino a dar a este importante e histórico município de Cacuaco”, asseverou, acrescentando que vai privilegiar, igualmente, o trabalho inclusivo.

A tomada de posse de Fernando João aconteceu, sexta-feira, na sede do Governo da Província de Luanda, num acto dirigido pelo governador provincial, Luís Nunes. *(J.A.)++++*

## **Tribunal Supremo actualiza esta terça-feira dados de excesso de prisão preventiva**

A Comissão de Trabalho Ad Hoc para Análise do Excesso de Prisão Preventiva, no país, reúne-se, esta terça-feira, 14, na sala do Plenário do Tribunal Supremo, em Luanda.

Segundo um comunicado de imprensa, consultado pelo JA Online, o encontro passará em revista a actualização dos dados do excesso de prisão preventiva, a nível nacional, pelos serviços penitenciários e juízes presidentes dos Tribunais da Relação e os de Comarca.

Conforme a nota, esta será a 21.<sup>a</sup> reunião da Comissão Ad Hoc para Análise do Excesso de Prisão Preventiva, que foi criada em Dezembro de 2020. O encontro, pode ler-se, será orientado pelo juiz conselheiro presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo, Daniel Geraldes. (J.A.)++++

## **Ministério regista 283 casos e 19 óbitos**

Um total de 283 casos suspeitos de Cólera foram registados pelo Ministério da Saúde, com idades compreendidas entre 2 e 73 anos, dos quais 129 (45,6%) são do sexo masculino e 154 (54,4%) do sexo feminino.

Nas últimas 24 horas, foram notificados 59 casos de cólera, sendo 41 no município de Cacuaco e quatro em Viana, província de Luanda; 7 no município do Sequele e dois no município de Catete, província de Icolo e Bengo, e cinco casos no município do Dande, na província do Bengo.

Dos casos notificados, 19 foram confirmados laboratorialmente, tendo ocorrido um óbito, extra-hospitalar, no município de Viana. Estão em processamento, no Laboratório Nacional de Referência do INIS, nove amostras de casos suspeitos, sendo seis de Cacuaco e um de Viana, na província de Luanda, e um do município de Catete e outro no município da

Quiçama, na província de Icolo e Bengo. Foi notificado um total cumulativo de 19 óbitos, dos quais 16 no município de Cacuaco e dois de Viana, na província de Luanda, e um no município do Dande, na província do Bengo.

Estão internados 33 casos, sendo 24 no Hospital Municipal de Cacuaco e nove pacientes no Hospital Geral Heróis de Kifangondo.

Com a confirmação do 1º caso, a 7 de Janeiro deste ano, o Ministério da Saúde declarou o surto de Cólera. No dia 8, foi realizada a primeira reunião de Coordenação Técnica Nacional, orientada pela ministra da Saúde, com a participação dos directores dos Hospitais Nacionais, Gerais, municipais, GPS, departamentos ministeriais e parceiros. (J.A.)++++

**Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 14 de Janeiro de 2025**